

## **Considerações (preguiçosas) sobre a prática da catalogação**

Eliane Serrão Alves Mey

Com o desenvolvimento atual da tecnologia, a catalogação se coloca como atividade fundamental para os sistemas de informação bibliográfica e seu intercâmbio, sobretudo tendo em vista o compartilhamento de recursos. O registro bibliográfico e suas partes podem apresentar diferentes abordagens na representação dos itens, dificultando a necessária compatibilidade entre os sistemas. Questiona-se a prática da catalogação quanto a: ponto de acesso principal, margens, cabeçalhos autorizados para entidades coletivas, cabeçalhos para gêneros literários, níveis de descrição e seus elementos. As mudanças propostas poderiam trazer registros mais atualizados, fortalecimento de redes e sistemas e, especialmente, economia de tempo e recursos.

**Palavras-chave:** Catalogação

Em uma de suas deliciosas crônicas dominicais, Veríssimo (o Jovem, ou o Luiz Fernando) afirmou - obviamente não com estas palavras - que o elemento impulsionador do homem é a preguiça. Deve-se à preguiça o fato de o homem inventar máquinas e buscar sempre diminuir o seu trabalho. Ora, estando eu assim, em estado de extrema e confessada preguiça, venho propor aos catalogadoras algumas possíveis simplificações de nossa desditosa atividade de - catalogar, embora nem por sonhos tenha a pretensão de impulsionar ou revolucionar o que quer que seja. Por que desditosa catalogação? Porque injustiçada, difamada, tão desconsiderada quanto a cabra vadia em terreno baldio do Nelson Rodrigues.

Levanto uma afirmativa temerária: a catalogação, nos dias atuais, é a atividade mais importante dos bibliotecários. Hoje, quando os computadores possibilitam ao usuário uma busca doméstica, ou mesmo externa ao

## Considerações (preguiçosas) sobre a prática da catalogação

espaço físico das bibliotecas, o que nos resta, além da análise e representação dos itens? Seu usuário pode estar a 2.000 km de distância e não falar absolutamente nada com você, desconhecê-lo por completo. Mas conhece seu trabalho e este se torna o único meio de comunicação entre você e o usuário distante. O que são o serviço de alerta, os levantamentos bibliográficos, os serviços de DSI senão produtos dos registros bibliográficos, isto é, da análise e representação dos itens, isto é, da catalogação?

A década de 70 marcou-se pelo desenvolvimento intensivo dos recursos computacionais e das telecomunicações, aliado a um bem-estar econômico, o que podia significar: temos riqueza e queremos informação, onde esta estiver. Assim, o período foi assinalado pela proliferação de sistemas de informação, especializados ou não, e pelo sonho do controle bibliográfico universal. Tecnologia e finanças podiam andar juntas. Nesta época, surgem nitidamente duas linhas filosóficas de abordagem dos itens: uma linha voltada às bibliotecas gerais - a da denominada "catalogação", baseada no MARC<sup>1</sup> e nas tradições mantidas ao longo do tempo pela prática; e uma linha voltada aos sistemas especializados, buscando sobretudo rapidez, baseada na indexação, no resumo, no Manual de Referência do UNISIST<sup>2</sup>, na referência bibliográfica, enfim, uma linha estabelecida pela demanda dos usuários. O que possuíam em comum? Apenas o fato de ambas analisarem e representarem documentos, embora tanto a análise, como a representação, como seus próprios objetivos e métodos fossem diferentes. A realidade tomou-se bem diversa na década de 90. Os recursos tecnológicos alcançaram patamares nunca esperados, permitindo total intercâmbio, mesmo entre sistemas aparentemente díspares; em compensação, os recursos financeiros, internacionalmente, decresceram de modo significativo, não mais possibilitando utopias isolacionistas. Quantos sistemas se criaram no Brasil na década de 70? Todos nós tínhamos veleidades de criar o sistema perfeito, cada um de nós e nosso analista de sistemas, a dupla dinâmica! De todos esses sistemas, quantos restaram, fortes e independentes? Poucos, raríssimos, e permaneceram porque unidos a outros grupos. A palavra-chave da década de 90 é "compartilhar": recursos, registros, sistemas. Não há mais lugar nem dinheiro para experiências isoladas. Há tecnologia suficiente para o intercâmbio. Porém não basta a tecnologia: é

preciso intercambiar diferentes filosofias, é preciso humildade para aceitar mudanças - e muita preguiça para incentivá-las. Vamos às considerações.

A idéia básica se centra na necessidade absoluta de diferenciar as três partes do registro bibliográfico: a) uma parte que o descreve - e permite - tomá-lo inconfundível; b) uma parte que o localiza em um dado acervo; c) uma parte que lhe dá acesso - e o reúne a outros por suas similitudes. Mesmo os sistemas mais avançados de indexação ainda possuem controle sobre o vocabulário de recuperação, embora se possa recuperar qualquer informação em qualquer campo. Isto se deve a um fato bastante simples: o computador não tem bom senso, não tem lógica, não tem inteligência, apenas reconhece sinais e, portanto, sinais diferentes, para ele, ainda significam mensagens diferentes. Em termos simplistas: *Machado de Assis* é uma pessoa completamente diversa de *Assis, Machado de*; da mesma forma: *Aves* e *Pássaros* são dois assuntos diferentes. Evidentemente, qualquer catalogador conhece as regras elementares para a reunião da sinonímia (remissivas, por exemplo); evidentemente, a sinonímia pode fazer parte do sistema automatizado; porém, em ambas as situações me parece óbvia a necessidade de controle, transparente ou não ao usuário. Portanto, parte-se do pressuposto da existência de um controle estrito sobre os acessos e, em conseqüência, uma parte específica onde se transcrevam os mesmos.

E agora nos defrontamos com nosso problema inicial: os itens de natureza técnico-científica se mostram padronizados, mesmo porque, se não o fossem, não seriam publicados: a criatividade, ou inovação, se expressa apenas no conteúdo; os itens de caráter artístico ou cultural apresentam-se peculiares desde a forma de publicação: quantos autores escondidos sob pseudônimos, - quantas páginas de rosto enganadoras, quanto a ser descoberto sobre eles! A esses e aqueles, acrescentam-se os documentos oficiais, sem nenhum padrão, norma ou regulamento. Como representar de modo equânime itens tão díspares? E, até agora, trata-se de itens considerados como um todo. E os itens fisicamente contidos em outro, dos quais só nos interessam as partes, sendo o todo apenas um localizador das partes? O usuário também é diferente em seus objetivos, quando busca um item de caráter técnico-científico ou um item artístico. Usuários diferentes, itens diferentes, tratamento diferenciado. Os sistemas de informação técnico-científica ignoram, na referênciação

## Considerações (preguiçosas) sobre a prática da catalogação

bibliográfica, a representação descritiva, permanecendo apenas com os acessos e alguns elementos indispensáveis à localização/identificação do item. Por exemplo: não há dado de autoria, uma vez que o(s) autor(es) contido(s) na descrição se mostra(m) idêntico(s) - exceto quanto à forma - ao(s) autor(es) dos acessos: algum cientista usa pseudônimo, escreve obra anônima? Quanto à mudança de nome, ou formas variantes, nada de investigações, porque o que vale é a rapidez da informação e sua atualidade. Por sua vez os sistemas tradicionais baseados nas ISBDs<sup>3</sup>, ignoram os resumos, a possível riqueza dos acessos, prevalecendo o lado histórico do item sobre seu conteúdo. Há, portanto, necessidade de compatibilização entre os elementos do registro bibliográfico, de uma e de outra linhas filosóficas de abordagem dos itens, levando-se em conta as peculiaridades dos itens e os usuários a que se destinam.

Por que compatibilizarmos? Porque a carência de recursos nos obriga ao compartilhamento dos registros bibliográficos, não apenas com diferentes sistemas de instituições tipo bibliotecas e centros de documentação, mas também com outras entidades, privadas, as quais poderiam dar uma excelente contribuição a nosso trabalho (como tão bem explicitou DELSEY<sup>4</sup>). E o que se poderia fazer, no tocante à denominada "catalogação" tradicional, para atingir a, se não desejada, pelo menos necessária compatibilidade?

Quase tudo na prática da catalogação tradicional se baseia na prática tradicional da catalogação. Quando surgiu a primeira ISBD<sup>5</sup>, uma genial invenção que possibilitou o intercâmbio entre bibliotecas nacionais, essa derivou-se de um estudo sobre a prática utilizada em oito bibliografias nacionais correntes. Os sistemas do tipo MARC, criados nas décadas de 60/70, talvez por limitações tecnológicas, talvez por dificuldades no rompimento com a tradição, simplesmente transplantaram para os computadores, isto é, mecanizaram, as práticas adotadas nas bibliotecas. Assim, pressupôs-se que o que era bom para catálogos manuais ou para algumas bibliografias também o seria em ambientes automatizados. Enfim, isto é passado. Mas hoje, com todos os recursos computacionais disponíveis, tanto em termos de máquinas como de bancos de dados, manter o que era válido para a Library of Congress dos Estados Unidos em 1901, quando iniciou a venda de suas fichas impressas, convenhamos trata-se de um exagero no respeito histórico!

Considero a catalogação como um jogo divertido; neste jogo, a parte mais intrigante repousa na escolha do ponto de acesso principal. Quanto tempo gasto em sérias elucubrações mentais, na descoberta da regra exata, em conversas com outros catalogadores, para o ponto final ao mistério: quem é o ponto de acesso principal? Segundo estudo de MORI, *apud* SHOHAM & LAZINGER<sup>6</sup>, 20 a 40% do tempo gasto em toda a catalogação são destinados à parte mais divertida do jogo: a escolha do ponto de acesso principal. Ora, se os catalogadores andam ociosos, se não há livros aguardando a catalogação (ou à espera da fada com a varinha - mágica que os catalogará todos em alguns segundos), torna-se natural, humano e até estimulante para o cérebro que os bibliotecários se voltem aos mistérios do ponto de acesso principal. Como essa não é, de fato, a realidade de todas as bibliotecas que conheci e da maioria sobre as quais se lê, uma perda de tempo significativa redundando em atraso na chegada dos itens às mãos do usuário. E este, afinal, o que acha? Absolutamente nada, porque em qualquer catálogo, manual ou automatizado, o fato de um ponto de acesso ser principal ou secundário não transparece para quem o manuseia; idem quanto às bibliografias. Um pouco de história: ponto de acesso principal tinha sentido quando, à época de Cutter<sup>7</sup>, se faziam registros bibliográficos, um completo e os demais resumidos, respectivamente para as entradas principal e secundárias. Nos sistemas automatizados, inclusive, o registro é único. Estimulados pela preguiça, precisamos colocar um ponto final nesta novela e acabar com o ponto de acesso principal. Sem dúvida, breve descobriremos outros aspectos fascinantes com que nos divertiremos, talvez mais úteis aos usuários e a nós mesmos. Para aqueles que consideram o AACR2<sup>8</sup> como questão de fé, pede-se o favor da leitura de sua Introdução, onde se expõe claramente o tema. Se alguém argumentar: como determinamos o número de Cutter?, a resposta é simples: o usuário também não compreende nada de notação do autor - números cabalísticos, quem sabe? Use-se o bom senso, reúnam-se os autores, sejam eles autores ou coordenadores, isto é, pontos de acesso principais ou secundários, sob critérios bem determinados pela biblioteca, em função da utilidade e da facilidade para os usuários. A localização no acervo é questão individual de cada biblioteca, não um princípio biblioteconômico.

## Considerações (preguiçosas) sobre a prática da catalogação

Mas o nosso respeito às tradições não pára por aí. Há as margens! Primeira, segunda, terceira, três ou quatro espaços? Quantos - espaços a partir do número de chamada? Parodiando Drummond, em seu *Poema de sete faces*<sup>9</sup>: “Para que tanta margem, meu Deus, pergunta meu coração / Porém meus olhos / Não perguntam nada”. Peço desculpas pela ignorância, mas não consigo alcançar a profundidade das margens. Por que não colocar todas as áreas descritivas, inclusive descrição física e série, em um único bloco, separando-se apenas as notas, como fazem os franceses<sup>10</sup>, ou então nem essas, como preconizam as ISBDs<sup>3</sup>? Quanto espaço se perde nos registros por conta das margens e parágrafos? Quanto tempo se perde no ensino da catalogação para o aprendizado das margens e parágrafos! Já recuperados 40% do tempo gasto pela catalogação em inutilidades (a preguiça funciona, não?), passemos às questões mais sérias.

A primeira diz respeito aos cabeçalhos autorizados para entidades coletivas. Por falar em cabeçalhos autorizados, é preciso resolver uma questão semântica. Em inglês, “authority list”; em português, tradução literal como “lista de autoridades”; desculpem, mas não é. Lista de autoridades é um catálogo com nome de pessoas que ocupam cargos ou mandatos no governo. A lista pode ser “autorizada”, ou “de cabeçalhos autorizados”, ou, como sugeriu em conversa Prof. Robredo, “lista com autoridade”; pano rápido. Voltando às entidades coletivas (por favor, nada de traduções literais como “autor corporativo”): desde 1961 e da Conferência de Paris<sup>11</sup> se discute a questão das entidades coletivas - e não se chega a acordo nenhum, concreto, até 1994, pelo menos. O assunto polemiza sob, no mínimo, dois ângulos: a) pode-se considerar, ou não, uma entidade coletiva como autora; b) como definir o cabeçalho autorizado para a entidade. Embora sujeito a dúvidas e ambiguidades, o primeiro aspecto se acha de certo modo, regulamentado AACR<sup>8</sup>. Quanto ao segundo, há profundas divergências. Em 1983 e 1984, um Grupo de Trabalho reunido na Biblioteca Nacional adotou alguns princípios para determinação dos cabeçalhos. No entanto, alguns desses princípios se tornaram de difícil execução, por circunstâncias bastante simples. Por exemplo: adotou-se o uso de siglas para aquelas que formem palavras, - ou sejam muito conhecidas, e tenham mais de três letras (exceto FAO): perfeito. No entanto, o Senado Federal, em seu banco de dados BIPE<sup>3</sup>, conservou o nome por

extenso, seguido da sigla entre parêntesis, para facilitar a busca: também correto. Como chegar à compatibilidade? Por outro lado, excluam-se todas as siglas de caráter estadual ou municipal. Ora, presume-se que siglas muito conhecidas em determinada área devam ser as formas procuradas pelos usuários desta área, dificilmente extrapolando os limites regionais. Por que não usar a sigla? Outra questão mais grave: excluam-se, também, os Departamentos, porque o AACR2<sup>8</sup> trata explicitamente dos mesmos. Atenção! O código é para língua inglesa! Departamento, nos Estados Unidos, corresponde a Ministério e não tem nada a ver com nossas Autarquias. O caso do DNER chega às raias do absurdo, uma vez que todas as estradas do país mostram placas com a sigla e todos os usuários dessas estradas a conhecem. Como dizia a grande amiga e mestra Prof Gladys Amaral: existe maior informação de referência? Não se pode aceitar que obscuras e desaparecidas Superintendências, também autarquias, tenham cabeçalhos pela sigla, enquanto o DNER permanece por extenso, subordinado a Brasil, como interpretação literal - e errônea - do termo na língua inglesa. Outro problema: é impossível cabeçalhos idênticos, ao nível internacional, para entidades coletivas, sob risco de penalização do usuário. De forma simplista: para o usuário brasileiro, o cabeçalho é *Brasil'*, para o usuário de língua inglesa, o mesmo cabeçalho será *Brazil*; para o de língua francesa, *Brésil*; isto significa: para o computador, três cabeçalhos diferentes; para nós, nenhuma padronização. E deve ser desse modo: não há motivo por que registrar *Japão* transliterado, para um documento do governo japonês escrito em inglês ou português e dirigido a nossos usuários. Ora, se a forma dos cabeçalhos não pode ser internacionalmente idêntica, por que não ampliar os conceitos e facilitar ao máximo a busca dos nossos usuários? Por que se ater a regras criadas em um código de língua inglesa para usuários de língua inglesa? Uma vez que não existem normas internacionais quanto ao assunto, devemos ter a coragem e a preguiça necessárias para criar nossas próprias regras.

Outro aspecto problemático, mas também solucionável, trata dos cabeçalhos de assunto para gêneros literários. Partindo-se da idéia, em princípio correta, de que o gênero de uma obra não é assunto, há sistemas que não permitem a inclusão do gênero como cabeçalho de assunto. No entanto, para o usuário, ainda mais para o usuário distante, o gênero

## Considerações (preguiçosas) sobre a prática da catalogação

se mostra essencial. Por que não criar um campo próprio de acesso aos gêneros, que auxilie o usuário e não permita a confusão com o assunto?

O último ponto diz respeito aos elementos e aos níveis de descrição. O AACR2<sup>8</sup>, de forma arbitrária e desprovida de lógica, criou três níveis de descrição. Não é o que diz a primeira ISBD<sup>5</sup> (e também as posteriores): cada biblioteca, exceto as nacionais, pode determinar os elementos que lhe são necessários; na utilização de algum elemento, deve transcrevê-lo na forma e posição preconizadas, com a pontuação indicada. Assim, não há três níveis, mas inúmeros níveis, dependendo de cada biblioteca. No entanto, a descrição bibliográfica, quando independente dos acessos - como deve ser de fato - precisa individualizar cada um dos itens, tomando-o único entre os demais. Ora, quais os elementos indispensáveis à individualização do item? Não se deve arriscar uma resposta, sem ampla pesquisa em um catálogo significativo como, por exemplo, o BIBLIODATA/CALCO<sup>3</sup>. Além da individualização, a descrição bibliográfica deve auxiliar o usuário. Quais os elementos considerados indispensáveis pelo usuário (inclusive notas)? Novamente, é preciso fazer pesquisa, desta vez junto ao público-alvo. Após os resultados, estaremos aptos a determinar o elenco mínimo de elementos para intercâmbio e o elenco mínimo necessário ao público. Quaisquer soluções que não contemplem ambos os aspectos e não se embasem em pesquisas são “achismos” arbitrários, sem maior valor como ocorre no nível 1 do que confunde descrição com acesso. Quanto à participação em redes ou sistemas, há duas soluções possíveis: a) a rede ou sistema aceita o nível mínimo, desde que todos os elementos incluídos estejam corretamente transcritos com a pontuação, na posição e na forma prescritas; caso alguma biblioteca tenha necessidade de outros elementos, basta acrescentá-los; b) todas as bibliotecas participantes registram todos os elementos, mas as saídas podem variar, de acordo com o uso de cada biblioteca.

Resta àqueles, como eu, confessadamente preguiçosos, muitas vezes trabalhando em estruturas precárias, desprovidas de recursos, a participação em redes ou sistemas maiores do que nós próprios, não isolados, para usufruirmos dos recursos alheios. Participar, co-operar (isto é, operar conjuntamente) implica na aceitação de alguns limites; porém, como escreveu PÉREZ-REVERTE<sup>12</sup>, “inclusive para os príncipes existem certas regras”. Por outro lado, a tendência internacional se inclina para

recursos cada vez mais escassos, maior número de itens e carência de pessoal. Por que não aproveitarmos os aspectos positivos? Por que, à conta da preguiça, não simplificarmos as práticas da catalogação, eliminando a figura do ponto de acesso principal, as margens e os cabeçalhos esdrúxulos, influndo positivamente no fortalecimento e melhoria das redes e sistemas? No entanto, também cabe às redes e sistemas se renovarem e aceitarem regras mais modernas, mais condizentes com os recursos tecnológicos. Seja a preguiça o nosso guia para mais atualizadas normas e melhores registros. Enfim, que ironia!, tantas páginas escritas só por causa da preguiça ...

## 6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 BARBOSA, Alice P. *Novos rumos da catalogação*. Org., rev. e atual, de Elza Lima e Silva Maia. Rio de Janeiro: BNG/ Brasilart, 1978.
- 2 ROBREDO, J.; CUNHA, M.B. *Documentação de hoje e de amanhã*. 2. ed. rev. e ampl. Brasília, 1986.
- 3 MEY, E.S.A. *Introdução à catalogação*. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 1995.
- 4 DELSEY, Tom. Universal bibliographic control in a changing context. In: SEMINAR ON UNIVERSAL BIBLIOGRAPHIC CONTROL (1993 : Rio de Janeiro). *Papers*. Rio de Janeiro, 1993. p. 16-25.
- 5 ISBD(M): International Standard Bibliographic Description for monographic publications. 1st standard ed. London : IFLA Committee on Cataloguing, 1974.
- 6 SHOHAM, S.; LAZINGER, S.S. The no-main-entry principle and the automated catalog. *Cataloging & Classification Quarterly*, v. 12, n. 3/4, p. 51-67, 1991.
- 7 CUTTER, C.A. *Rules for a dictionary catalog*. 4th ed., repr. Facs. ed. London : Library Association, 1935.
- 8 ANGLO-AMERICAN cataloguing rules, 2nd ed., 1988 rev. Ed. by Michael Gorman and Paul W. Winkler. Ottawa : Canadian Library Association, 1988.
- 9 ANDRADE, C. Drummond de. Poema de sets faces. In: BANDEIRA, M. *Apresentação da poesia brasileira*. 3. ed. atual. Rio de Janeiro : Casa do Estudante do Brasil, impressão 1957. p. 359-360.
- 10 LE MÉTIER de tjbilrrthécaike. 8<sup>a</sup> éd Coord.: Françoise Froissart. Pans: Association des Bibliothécaires Français, 1988.
- 11 CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE PRINCÍPIOS DE CATALOGAÇÃO (1961 : Paris). *Report*. Ed. by A.H. Chaplin and Dorothy Anderson. London : IFLA 1963.
- 12 PÉREZ-REVERTE, A. *O quadro flamengo*. Trad Eduardo Brandão. São Paulo : Martins Fontes, 1994. p. 225.

## Considerações (preguiçosas) sobre a prática da catalogação

### Brooding on the practice of cataloging

Actually, cataloging can be viewed as a fundamental activity for the bibliographic information systems and their interchange, chiefly as a sharing of resources. The bibliographic record and its parts may present different approaches in the item representation, making difficult the necessary compatibility among systems. Cataloging practice is discussed on main access point, margins, authority files for corporate entities and literary kinds, as levels for description and their elements. Proposed changes could bring better bibliographic records, stronger networks and systems, and, specially, resources and time saving.

**Key words:** Cataloging

#### Agradecimentos

Um especial agradecimento às amigas Marília Ludgero e Elizabeth Martucci, pelas sugestões e revisão do texto.

---

**Eliane Serrão Alves Mey**

Professora do Núcleo de Biblioteconomia e Ciência da Informação da Universidade Federal de São Carlos

Rua Amadeu Facchina, nº 350 - Parque Santa Marta

13564-300 São Carlos, SP

---